

Estado do conhecimento das pesquisas sobre atendimento educacional especializado no ensino superior (1996-2024)

Maricélia Aparecida Nurmberg* e Alessandra Cristina Furtado**

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre as pesquisas acadêmicas produzidas no Brasil que tem como tema o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior (AEE). Foram lidas e analisadas teses e dissertações. Utilizamos como fontes de pesquisa o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Abertos (oasisbr). O recorte temporal abrange o período de 1996 a 2024. O artigo tem cunho bibliográfico, descritivo, documental e qualitativo desenvolvido por meio do Estado do Conhecimento, analisando lacunas existentes acerca do período de 1996 a 2024. Os resultados apontaram que o AEE no Ensino superior é ofertado de diferentes formas nas universidades e tem contribuído para a permanência dos alunos com deficiência, contudo ainda é necessário elaborar e concretizar políticas de Inclusão que envolvam a participação dos acadêmicos além de investir na formação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem desses estudantes.

Palavras-chave: ensino superior; atendimento educacional especializado; inclusão.

State of knowledge of research of specialized educational services in higher education (1996-2024)

Abstract

The article presents an analysis of academic research produced in Brazil on the topic of Specialized Educational Services in Higher Education (AEE). Theses and dissertations were read and analyzed. We used the Thesis and Dissertation Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Portal for Open Access Scientific Publications and Data (oasisbr) as research sources. The time frame covers the period from 1996 to 2024. The article is bibliographic, descriptive, documentary, and qualitative in nature, developed through the State of Knowledge, analyzing existing gaps regarding the period from 1996 to 2024. The results showed that AEE in higher education is offered in different ways at universities and has contributed to the retention of students with disabilities. However, it is still necessary to develop and implement inclusion policies that involve the participation of academics, in addition to investing in the training of all those involved in the learning process of these students.

Keywords: higher education; specialized educational service; inclusion.

Estado del conocimiento de las investigaciones sobre la atención educativa especializada en la enseñanza superior (1996-2024)

Resumen

El artículo presenta un análisis de las investigaciones académicas realizadas en Brasil sobre el tema de la Atención Educativa Especializada en la Enseñanza Superior (AEE). Se leyeron y analizaron tesis y disertaciones. Utilizamos

* Mestra e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-graduação em Tutoria em Educação a distância e Educação Especial, Braille e Libras, serviço de Atendimento Educacional Especializado. Professora de Apoio Pedagógico Educacional Especializado no Ensino Fundamental. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9460-1092>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5292417204138349>. E-mail: maricelianurmberg4@gmail.com.

** Pós-doutorado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora Associada IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6084-2299>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0352539741899197>. E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br.

como fontes de investigación el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES) y el Portal Brasileño de Publicaciones y Datos Científicos en Acceso Abierto (oasisbr). El periodo analizado abarca desde 1996 hasta 2024. El artículo tiene un carácter bibliográfico, descriptivo, documental y cualitativo, desarrollado a través del Estado del Conocimiento, analizando las lagunas existentes en el periodo comprendido entre 1996 y 2024. Los resultados indicaron que la AEE en la educación superior se ofrece de diferentes formas en las universidades y ha contribuido a la permanencia de los estudiantes con discapacidad, sin embargo, aún es necesario elaborar y concretar políticas de inclusión que impliquen la participación de los académicos, además de invertir en la formación de todos los involucrados en el proceso de aprendizaje de estos estudiantes.

Palabras clave: educación superior; atención educativa especializada; inclusión.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar um mapeamento da produção do conhecimento relacionada ao tema do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior. Ao pesquisar sobre o AEE nas Universidades, é preciso conhecer as legislações que embasam e norteiam o funcionamento das instituições de ensino e da Educação Inclusiva nesse nível de ensino. É importante conhecer a perspectiva de Inclusão da universidade por meio da análise dos documentos institucionais e também o que as pessoas pensam sobre a inclusão dos alunos com deficiência na universidade, qual é a concepção de AEE que possuem e quais ações têm sido desenvolvidas para garantir não somente o acesso, mas a permanência e aprendizagem dos alunos em suas especificidades.

Para nortear a acessibilidade dos alunos com deficiência, as universidades também utilizam as legislações acerca da Educação Especial que norteiam a inclusão na Educação básica, pois em sua maioria essas legislações indicam que a inclusão perpassa todos os níveis, mas descrevem de forma mais detalhada apenas como esse atendimento deve ocorrer na educação básica, e com relação à Educação Superior, ainda carecemos de uma normativa mais específica que determine como o AEE deve ser organizado. Há algumas legislações que dispõem sobre a criação de núcleos de acessibilidade, conferindo certa autonomia para que cada instituição planeje e gerencie sua forma de incluir, suas políticas de acessibilidade e acompanhamento para a permanência dos acadêmicos com deficiência.

Neste Estado do Conhecimento, é possível fazer a leitura da realidade do que está sendo discutido na produção acadêmica sobre o AEE, como têm sido desenvolvidas as pesquisas sobre esta temática, qual a metodologia utilizada para a coleta de dados e quais lacunas ainda permanecem e podem ser objeto de novas pesquisas. Para Morosini e Fernandes (2014, p.155) o Estado do Conhecimento é “a identificação, registro, categorização que levem à

reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, por meio da busca em periódicos, teses, dissertações e livros. Assim, é possível perceber o que há de novo e inédito em uma pesquisa (Morosini e Fernandes, 2014).

Na legislação brasileira, o AEE é assegurado enquanto direito e citado pela primeira vez na Constituição Federal (CF) de 1988 no artigo 208, indicando que deve ser assegurado na rede regular de ensino (Brasil, 1988). A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº.9394/96 definiu-se que o atendimento educacional especializado deve ser “gratuito, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996). O público-alvo da Educação Especial definido na LDB foi alterado pela Lei nº 12.796/2013 passando a ser considerado “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2013).

A escolha do período, de 1996 a 2024, para a realização deste estado do conhecimento justifica-se em razão do envio, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), às Universidades Federais um Aviso Circular nº 277/96, com o objetivo de fomentar a criação de núcleos de acessibilidade para desenvolver ações de acompanhamento para ingresso e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Algumas universidades criaram núcleos de acessibilidade, programas de educação especial e divisões de inclusão, enquanto outras implantaram o AEE por meio da contratação de professores especialistas para acompanharem os alunos.

O Aviso apontou para a necessidade de que nas inscrições de vestibulares, haja uma forma de identificação da deficiência e acessibilidade que o aluno necessite, bem como a organização de Bancas Especiais, provas com textos ampliados, e/ou em Braille, recursos e equipamentos específicos de tecnologia assistiva, intérprete de Libras, flexibilidade na correção da redação e das provas discursivas, adaptação de espaços físicos, mobiliário e ampliação do tempo para a realização das provas (Brasil, 1996).

Outro marco que justifica a escolha do recorte temporal é que, no ano de 1996 também tivemos a aprovação da LDB que rege sobre o funcionamento da educação brasileira. Na LDB há um capítulo que discorre acerca da Educação Especial e a define como uma modalidade de educação escolar que, quando necessário, deve prover serviços de apoio especializado, na escola regular, em classes, escolas ou serviços especializados. A Educação Especial tem início na Educação Infantil e deve estender-se ao longo da vida; os sistemas de

ensino devem assegurar: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; professores com especialização adequada para atendimento especializado” (Brasil, 1996).

Um marco importante para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior foi a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: Visão e Ação – 1998, elaborada a partir da Conferência Mundial sobre Educação Superior – UNESCO, realizada em Paris, em 1998, que enfatiza a necessidade de facilitar ao acesso ao nível superior aos grupos menos favorecidos, como as pessoas com deficiência, por meio de uma assistência material especial e ações que eliminem os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam (Unesco, 1998).

Em 1999, a Portaria nº. 1.679 determinou que fossem incluídos nos instrumentos de avaliação dos cursos de nível superior, critérios para assegurar às pessoas com deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao Ensino Superior. Em 2003, esta portaria foi substituída pela Portaria nº. 3.284, dando ênfase às condições de acessibilidade nas Instituições de Ensino superior (IES) como item relevante para o processo de avaliação das universidades. Além dos itens já presentes no aviso de 1996, houve um enfoque na eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação dos estudantes com deficiência, na reserva de vagas em estacionamentos, em banheiros adaptados, na instalação de elevadores, dentre outros (Brasil, 2003).

O Governo Federal por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), lançou em 2005, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, garantindo o pleno acesso de pessoas com deficiência, por meio da criação dos Núcleos de Acessibilidade, “os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação” (Brasil, 2013, p.3).

Desde 2005, foram lançados editais para apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). As universidades enviam suas propostas e as que atendem às exigências do programa, indicando

os eixos: a) infra-estrutura; b) currículo, comunicação e informação; c) programas de extensão; d) programas de pesquisa são selecionados para receber o apoio financeiro do MEC. De 2005 a 2011, o Programa Incluir efetivou-se por meio de chamadas públicas concorrenciais. A partir de 2012, essa ação foi universalizada atendendo todas as IFES. Entretanto, somente em 2009 as universidades estaduais passaram a participar dos Editais Incluir (Brasil, 2013).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) aprovada em 2008, trouxe uma perspectiva de Educação Inclusiva, tendo como objetivos: “[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado” (Brasil, 2008, p. 14). O texto da PNEEPI de 2008 aponta que houve, entre os anos de 2003 e 2005, um aumento do número de matrículas das pessoas com deficiência na Educação Superior, mas ainda é necessário “promover a inclusão e o fortalecimento das políticas de acessibilidade” nas Universidades (Brasil, 2008, p. 13).

A partir dos dados do Censo Escolar 2023, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é possível verificar que o número de alunos com deficiência nas universidades do Brasil tem crescido. Em 2023, foi registrada a matrícula de 92.756 alunos com deficiência no Ensino Superior, sendo 46.006 em cursos presenciais. Esse número representa 0,93% do total, mas comparado a 2022, indica um aumento de 17%. A região Sudeste apresenta o maior percentual 36% desses alunos, seguida do Nordeste (21%), Sul (20%), Norte (12%) e Centro Oeste (11%).

Quanto aos tipos de deficiência: física (36%), baixa visão (23%), intelectual (10%), transtornos do espectro autista (TEA) (10%), auditiva (9%), cegos (4%), surdos (4%), superdotação (4%) e surdo-cegueira (1%). Também é possível verificar nos dados de 2023, que 12.651 alunos com deficiência concluíram seus cursos. É importante registrar o número de matrículas, pois ele aponta que o acesso tem sido assegurado; entretanto, ao observar o número de concluintes, é possível deduzir que ainda precisamos de ações, por meio do AEE, que garantam a permanência e conclusão nos cursos.

Na Política de Educação Especial de 2008, são indicadas algumas ações para esse nível de ensino, com o objetivo de promover o acesso, permanência e participação dos alunos: “planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade

arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos” (Brasil, 2008, p. 1), tanto nos processos seletivos quanto nas atividades de ensino, a pesquisa a extensão.

Em 2011 foi aprovado o Decreto 7.611 que define o que é o AEE: um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (Brasil, 2011) voltados a contribuir para a eliminação das barreiras no processo de escolarização dos estudantes com deficiência. Os objetivos do Atendimento Educacional Especializado são: “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos” e ainda “assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino” (Brasil, 2011).

Além das legislações e programas citados também temos a Lei de Cotas nº 13.409/2016 que reserva um quantitativo de vagas nas instituições federais a alunos com deficiência que estudaram no sistema público de ensino. O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudo integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) busca ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior. Tais programas também contribuem para a permanência dos alunos no Ensino Superior.

Para a realização deste Estado do Conhecimento foram cumpridos os seguintes procedimentos metodológicos: definição dos descritores para realização das buscas; levantamento das fontes e coleta de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); repositórios de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação; leitura das produções localizadas, considerando o título, resumo, palavras-chave e considerações finais para o estabelecimento de critérios de seleção e identificação do *corpus* de análise. Foram selecionados um total de 68 trabalhos que atendiam os critérios de objeto de pesquisa e temática; leitura analítica do material selecionado; categorização das informações, análise, síntese interpretativa,

organização dos resultados e escrita final do Estado do Conhecimento. Para este trabalho foram analisados 11 estudos: 2 teses e 9 dissertações.

Nesse sentido, a partir das buscas nas bases de dados pretende-se apontar os principais enfoques e lacunas existentes na produção científica acerca da temática proposta.

PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO SUPERIOR: MAPEANDO AS TESES E DISSERTAÇÕES

O primeiro banco de dados consultado foi o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Abertos (oasisbr). E posteriormente no Portal de teses da Capes. A busca foi realizada a partir dos refinamentos: período de 1996 a 2024, área de conhecimento: educação e dos descritores conforme quadro que segue:

Quadro 1 – Total de Teses e Dissertações levantados

Repositório/Área de conhecimento	Descritores	Total de resultados	Total de selecionados
IBICT	“História da Educação” AND “AEE” AND “Ensino superior”	10	0
IBICT	“História da Instituição” AND “AEE” AND “Ensino superior”	10	0
IBICT	“História do AEE” AND “Ensino superior”	0	0
IBICT	“História do AEE”	3	0
IBCT	“Educação Especial” AND “AEE” AND “Ensino superior”	18	7
IBCT	“Educação Especial” AND “Ensino superior”	278	68
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“História da Educação” AND “AEE” AND “Ensino superior”	2	1
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“História da Instituição” AND “AEE” AND “Ensino superior”	2	0
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“História do AEE” AND “Ensino superior”	0	0
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“História do AEE”	0	0
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“Educação Especial” AND “AEE” AND “Ensino superior” (1996-2007)	0	0
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“Educação Especial” AND “Ensino superior” (1996-2007)	307	0
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“Educação Especial” AND “AEE” AND “Ensino superior” (2008-2024)	5	1

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do repositório da CAPES (2024).

Como Critérios de inclusão foram estabelecidos: a) dissertação/tese; b) ter como foco o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior; c) Como está acontecendo a prática de AEE no Ensino Superior/política de implantação; d) Participante: Professores AEE. Para Exclusão: textos de revisão de literatura; AEE – educação básica/infantil, Fundamental e médio.

Também foi utilizado como filtro o recorte temporal 1996-2024; os textos da área de ciências humanas e educação e de outras áreas somente se no título constasse AEE no ensino superior. A maioria dos trabalhos localizados são da área de educação e produzidos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Santa Maria (UFSM), Universidade Federal São Carlos (UFSCAR) etc. Dos trabalhos selecionados serão indicados posteriormente em qual universidade, área e ano foram produzidos.

Após leitura cuidadosa dos títulos e resumos, foram excluídos os trabalhos que, embora tivessem sido selecionados pelo sistema, não tinham como foco o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior. Devido a quantidade de trabalhos que discorrem sobre Inclusão no Ensino Superior, para este artigo optou-se por aqueles que no título tragam o AEE, 2 trabalhos que fazem algum paralelo com a realidade brasileira e de outros países como México e 2 trabalhos produzidos pelas Universidades de Mato Grosso do sul ou que se referem ao AEE desenvolvido por estas universidades, devido o interesse pela temática do MS. A partir da seleção descrita, obteve-se 2 teses, 9 dissertações e 5 artigos que serão analisados na sequência.

Quadro 2 – Total de Dissertações sobre AEE no Ensino superior na plataforma oasisbr com os descritores: “Educação Especial” AND “AEE” AND “Ensino superior”

Ano	Título	Autor (a)	Orientador (a)	Nível Programa
2013	A diferença e as rasuras do ensino inclusivo: aproximações e distanciamentos entre o atendimento educacional especializado realizado com alunos surdos, e o acontecimento de Deleuze...	Eliane de Souza Ramos	Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan	Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
2019	O Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior	Rosely dos Santos Madruga	Dra. Alexandra AyachAnache	Dissertação - Programa de Pós graduação em Educação,

				Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma Oasisbr (2024).

Nas duas dissertações a análise se concentrou no atendimento aos alunos com deficiência no ensino superior. Souza (2013) deu ênfase a uma experiência com aluno surdo no AEE, a necessidade do ensino de libras e leitura na língua portuguesa. No estudo de Madruga (2019) o enfoque foi acerca dos responsáveis pelo setor de inclusão nas universidades de mato grosso do sul e como as universidades tem se organizado para oferecer o AEE.

Na realização da pesquisa as autoras utilizaram como embasamento teórico: Deleuze, Guattari, Bauman, Larrosa e Mantoan (Souza, 2013) e perspectiva da Teoria Histórico-cultural, a partir do materialismo histórico dialético (Madruga, 2019).

Madruga (2019) destaca que para que o AEE vise a inclusão é preciso investir na formação dos novos docentes do Ensino Superior, na elaboração de documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional que traga a concepção de educação inclusiva e proposição de ações que visem mudanças na cultura institucional das universidades.

Quadro 3 – Total de Dissertação sobre AEE no Ensino superior na plataforma Capes - descritores: “Educação Especial” AND “Ensino superior”

Ano	Título	Autor (a)	Orientador (a)	Nível Programa
2017	Educação Especial no Ensino Superior: Processos Sociais comparados entre México e Brasil'	Junior Hora Conceição	Prof. Dr. Edson Pantaleão Alves	Mestrado em Educação Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória
2018	Interfaces da Educação Especial e Ensino Superior: Processos Constitutivos de acesso e permanência no Brasil e no MÉXICO'	Caroline de Andrade Souza	Prof. Dr. Edson Pantaleão Alves	Mestrado em Educação Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória
2019	Desafios e Possibilidades da Inclusão no Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior'	Tania Valeria de Oliveira Scaranello	Profa. Dra. Maria Inês Bacellar Monteiro	Mestrado em Educação Universidade Metodista de Piracicaba,
2019	Perspectivas de Estudantes público-alvo da Educação Especial sobre facilitadores e barreiras nas Universidades públicas de Mato Grosso do Sul'	Etiene Paula da Silva Diniz	Profa. Dra. Aline Maira da Silva	Mestrado em Educação: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

2020	Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior: a UFRGS em foco'	Barbara Miszewski da Roza	Profa. Dra. Cláudia Rodrigues de Freitas	Mestrado em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
------	--	---------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma da CAPES (2024).

Nas pesquisas de Conceição (2017) e Souza (2018) o enfoque foi um estudo comparativo entre *Universidade do Brasil* e do México. Conceição (2017) realizou uma análise acerca das políticas públicas de entrada e de permanência, para estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior na *Universidad Veracruzana* (México) e Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Souza (2018) teve como lócus a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) localizada em Vitória-ES, no Brasil, e a Universidade Veracruzana (UV), localizada em Xalapa, no México.

Os autores tiveram como sujeitos da pesquisa os estudantes com deficiência, condições de ingresso e permanência. Souza (2018) também entrevistou profissionais que atuam em diferentes setores dessas instituições de ensino superior (IES). Como resultados destacam que é relevante a participação de estudantes público-alvo da Educação Especial na elaboração e concretização das políticas públicas nas universidades estudadas, mas que essa participação ainda é pequena e frágil. Destaca que tanto os Estados mexicano quanto e brasileiro não conseguiram ofertar condições concretas para maior engajamento dos estudantes (Conceição, 2017).

Para Souza (2018) a presença de alunos com deficiência nas duas universidades tem motivado mudanças para a inclusão de todos, mas ainda é um processo em desenvolvimento. Pontuou a necessidade de estabelecer diálogos entre os departamentos, colegiados ou setores dos *campi* para pensar ações e políticas que provoquem mudanças atitudinais, estruturais.

Miszewski da Roza (2020) analisou como são atendidos os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o objetivo de verificar a compreensão acerca do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior. A autora verificou que a maioria dos trabalhos que discorrem sobre inclusão traz, em seu texto, discussões sobre as legislações da Educação Especial e fazem uma comparação com o que está sendo desenvolvido em cada lócus de pesquisa, mas sem

aprofundar-se acerca do serviço oferecido ou não. Destaca-se que o AEE no Ensino superior não foi protagonista ou objeto central de pesquisa.

Diniz (2019) analisou os elementos que se constituem como barreiras e/ou facilitadores para os estudantes universitários PAEE no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (IPES-MS).

Como facilitadores, os participantes reconhecem os seguintes elementos: recursos materiais e humanos; ações pedagógicas; adequação de mobiliário; acessibilidade arquitetônica; relações interpessoais positivas com colegas; concepções e atitudes positivas dos docentes; funcionamento de núcleo e/ou setor de acessibilidade; e apoio dos familiares. Concomitantemente, e paradoxalmente aos facilitadores apresentados, ainda são identificadas muitas barreiras arquitetônicas, urbanísticas, atitudinais, comunicacionais, de informação e pedagógicas. Conclui-se que o processo de inclusão dos estudantes PAEE na universidade enfrenta obstáculos significativos, mas é preciso reconhecer que avanços também podem ser observados e indicam que modificações estão acontecendo no sentido de garantir o direito de acesso, participação, aprendizado e permanência desses estudantes no ensino superior (Diniz, 2019, p. 6).

A autora destaca que a Inclusão neste nível está em processo de execução. Constatou também que os estudos sobre a inclusão de alunos PAEE no Ensino Superior que tenham como foco a opinião deles ainda são poucos, principalmente quando o objetivo é verificar as políticas de inclusão nas universidades para o ingresso, a permanência e o êxito acadêmico neste nível de ensino.

Quadro 4 – Total de Dissertação e Tese sobre AEE no Ensino superior na plataforma Oasisbr-descriptor “Educação Especial” AND “Ensino superior”

Ano	Título	Autor (a)	Orientador (a)	Nível Programa
2023	Atendimento educacional especializado no ensino superior: formação continuada de professores na perspectiva da deficiência visual	Vanessa do Carmo Correia	Dr. Thiago Correa Lacerda	Dissertação - Mestrado em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense
2015	Inclusão em educação: Fronteiras entre a política institucional e os movimentos instituintes do atendimento educacional de estudantes público-alvo da	Rosane Celeste Dias Reis	Allan Rocha Damasceno	Dissertação - Mestrado em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Educação

	educação especial na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus de Seropédica			Agrícola- Seropédica, Rio de Janeiro
2021	Alteridade e reconhecimento acadêmico no atendimento educacional especializado no ensino superior	Magali Aparecida de Oliveira Arnais	Artur José Renda Vitorino	Tese - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2019	O estabelecimento de políticas públicas e a cidadania das pessoas com deficiência por meio do AEE na UNIOESTE/PR	Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva	Aloísio Ruscheinsky	Tese - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da plataforma da Oasisbr (2024).

Coreia (2023) em sua dissertação teve por objetivo elaborar um e-book, a partir da proposta de curso de formação continuada para professores do Ensino Superior, na perspectiva da deficiência visual, em um Centro Universitário. Utilizou a metodologia da pesquisa-ação, organizada em três etapas: planejamento, implementação e avaliação, com análise quantitativa e qualitativa dos dados. O curso oferecido contou com a participação de 37 docentes.

A autora aponta para a necessidade de se construir “redes de apoio em torno dos estudantes do Ensino Superior com deficiência visual, além de que se fomente e se amplie a formação de profissionais da educação para o atendimento de pessoas com DV nos centros educacionais” (Coreia, 2023, p.101). Destaca ainda que o apoio aos estudantes deve ser contínuo e que os docentes precisam fazer adequações individualizadas para cada estudante, favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo.

Reis (2015) pesquisou as políticas públicas de inclusão, analisando os documentos institucionais e a legislação brasileira pertinentes a esse tema. Teve como objetivo caracterizar os níveis de acessibilidade e o processo de inclusão educacional na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a partir da percepção dos estudantes público-alvo da Educação Especial e identificar, nos documentos institucionais da UFRRJ (Regimento, Estatuto; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Relatórios do MEC) diretrizes para o atendimento das necessidades educacionais dos acadêmicos PAEE. Participaram da pesquisa três estudantes com deficiência.

Para a pesquisadora, o Ensino Superior somente se tornará inclusivo se as ações pedagógicas dos professores estiverem em consonância com o que está previsto na legislação. Defende a necessidade da “formação de professores, adequação curricular, projetos políticos pedagógicos que contemplem a acessibilidade, mudanças atitudinais e o envolvimento da Comunidade Acadêmica com vistas à emancipação de todos os seus estudantes [...] para uma educação plural, humana e democrática/inclusiva” (Reis, 2015, p. 86).

Na Unioeste, Silva (2019) pesquisou sobre a ação dos envolvidos na formulação de políticas públicas do AEE voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência na universidade. A pesquisa foi do tipo etnográfica, e utilizou -se de observação de campo, questionários, entrevistas e análise de conteúdo. As categorias destacadas foram: política de educação especial, concepção de pessoa com deficiência, as práticas dos atores sociais e estatais. Na Unioeste, há o Programa de Educação Especial (PEE), criado em 1997, em decorrência do ingresso de um acadêmico cego e como resultado de mobilizações sociais. Para a pesquisadora, o AEE teve avanços significativos no atendimento a alunos com deficiência, mas ainda é necessário investir na qualificação dos servidores e comunidade externa. Além dos alunos com deficiência são atendidos aqueles com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), como dislexia, disfunções correlatas; problemas de atenção, memória e cognição.

Por meio do PEE foram efetivadas ações para permanência dos alunos na universidade, como: “formalização do tradutor e Intérprete de Libras; o profissional de AEE transcritor/ledor; adaptação de material para versão eletrônica; monitorias; apoios didáticos e pedagógicos aos acadêmicos; o uso de tecnologias assistivas” (Silva, 2019, p.272). Para a autora, a discussão e a estruturação de políticas no Ensino Superior devem ser realizadas com a participação dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, dos acadêmicos e dos profissionais que atuam nesta área do conhecimento (Silva, 2019).

Arnais (2021) em sua tese de doutorado, buscou compreender o processo de formação acadêmica dos alunos Público-alvo da Educação Especial, operacionalizada no Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior, bem como a visão dos segmentos que atuam no AEE. Os participantes da pesquisa foram os alunos com deficiência, funcionários e docentes vinculados ao Atendimento Educacional Especializado de duas instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Campinas- São Paulo. A autora empregou a

metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, com a coleta de dados por meio de questões abertas e fechadas, formulários eletrônicos via e-mail, entrevistas.

Para a análise e discussão dos resultados elegeu categorias semânticas a partir do aporte teórico de Emmanuel Lévinas (alteridade e responsabilidade) e de Axel Honneth (luta por reconhecimento e, por extensão, reconhecimento acadêmico). A autora destaca que o AEE contribui para assegurar acessibilidade, eliminar barreiras e promover o acesso e permanência dos alunos, mas “necessita ser concebido como um espaço de luta por reconhecimento acadêmico e que considera a alteridade como dimensão essencial no processo formativo desses alunos, os quais buscam na conclusão dos seus estudos vencerem os próximos entraves referentes ao processo de inserção profissional no mercado de trabalho” (Arnaiz, 2021, p. 1).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere às legislações brasileiras mencionadas neste texto, é importante destacar que embora estabeleçam normativas para a Educação Especial e garanta o direito a educação para todos, o acesso ao ensino regular e, principalmente, a permanência dos alunos com deficiência ainda representam desafios significativos. “Entretanto, só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática?” (Mendes, 2006, p. 402).

Em relação ao Programa Incluir, embora tenha possibilitado o ingresso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior por meio da criação dos Núcleo de Acessibilidade ainda persistem diversos obstáculos que precisam ser superados:

No entanto, são vários os limites do Programa e dos Núcleos de Acessibilidade que os impedem de atingir muitos dos seus objetivos propostos, como ser um programa que garanta a permanência do aluno com deficiência na educação superior. O governo não dialogou com a comunidade acadêmica sobre a inclusão das pessoas com deficiência e suas reais necessidades; o programa não considerou as especificidades das pessoas com deficiência, nem as universidades receberam formação para a implantação dos núcleos; não considerou as iniciativas existentes em algumas IES; não contemplou todas as IES do país, apenas as públicas federais, sendo que os maiores programas de acesso e permanência como o FIES e o PROUNI são para as privadas; os professores não foram capacitados para receber esses novos acadêmicos, pois a maioria não desenvolve

programas ou projetos de apoio a estes; o financiamento do governo é insuficiente (Maciel e Anche, 2017, p.84-85)

Os trabalhos analisados abordaram a legislação da Educação Especial, principalmente os aspectos que remetem ao AEE no Ensino Superior, estabelecendo um paralelo com a efetivação dessas políticas para garantir o acesso, a permanência e aprendizagem nesse nível de ensino. Destacam a necessidade de uma legislação específica para o Ensino Superior que normatize e aponte caminhos sobre como o AEE deve ser organizado nas universidades, de modo que os estudantes PAEE não permaneçam invisibilizados e que as barreiras sejam efetivamente eliminadas.

Os autores destacaram que a inclusão dos alunos PAEE no Ensino Superior exige atenção, reflexão, ação e investimento tanto da comunidade acadêmica quanto dos governantes. Os núcleos ou setores responsáveis pela acessibilidade são relevantes, mas não suficientes para promover a inclusão. É preciso o envolvimento coletivo na elaboração de políticas e ações que possibilitem acessibilidade metodológica, urbanística, pedagógica, comunicacional e atitudinal.

Os trabalhos selecionados são posteriores a 2008 e a maioria após 2015, ano da aprovação da Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Lei nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Tais legislações constituem marcos importantes para a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência.

Quanto à metodologia utilizada nas pesquisas, houve predomínio das abordagens documental e bibliográfica, além do uso de questionários e entrevistas com diferentes atores. Quanto à perspectiva teórica adotada para embasar as análises, observou-se uma diversidade de autores, como Deleuze, Norbert Elias, Marx dentre outros.

Os trabalhos analisados destacam que as publicações sobre a inclusão no Ensino Superior são relativamente recentes e que ainda persistem lacunas que podem ser objeto de novas investigações, como a inclusão na Educação Superior para a construção de práticas curriculares atentas às necessidades educacionais de estudantes com deficiência. (Madruga, 2019, p. 161-162) destaca alguns pontos desafiadores que surgiram ao longo da sua pesquisa:

Pesquisar sobre quem são os estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior; Pesquisar os egressos que usufruíram do AEE, quais foram os benefícios para o acesso amplo à universidade, permanência e conclusão dos cursos; Pesquisar o AEE de acordo com as vozes dos estudantes; Ampliar o mapeamento sobre os números dos estudantes,

partindo da divergência entre universidades e órgão oficial MEC; Estudar a permanência desses estudantes nas universidades; Compreender quais práticas pedagógicas os profissionais do AEE desenvolvem para que os estudantes com necessidades educacionais especiais se apropriem do mundo universitário e como os docentes dos diversos cursos são envolvidos nesses processos; Pesquisar o mundo de trabalho para os estudantes com deficiência após a universidade, e; Ampliar os estudos sobre o AEE nas faculdades de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste e no Brasil como um todo, a fim de entender como estão organizados os núcleos e quais as estratégias os seus responsáveis têm utilizado nesse locus.

Diniz (2019) sugere novas pesquisas que busquem descrever e analisar as relações entre os estudantes PAEE e seus colegas universitários; investigações colaborativas que visem promover estratégias pedagógicas a serem implementadas no Ensino Superior; estudos sobre o AEE na Educação Superior e sobre as práticas relacionadas à inclusão educacional em Mato Grosso do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu traçar um panorama acerca do AEE no Ensino Superior, a partir de pesquisas em teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos. Os resultados apontam para a escassez de estudos científicos sobre a temática, sendo possível observar um maior interesse após a aprovação da Política de Educação Especial (2008) e da Lei Brasileira da Inclusão (2015) e de outras normativas posteriores que tratam da permanência de acadêmicos nas universidades.

Percebe-se que, além dos alunos PAEE, os núcleos ou setores de inclusão atendem, outros estudantes com necessidades educacionais específicas, o que depende da perspectiva institucional e das condições financeiras de cada universidade. Contudo, a demanda de alunos que necessitam de acompanhamento tem crescido, assim como o número de matrículas de alunos com diferentes deficiências, o que exige maior conscientização maior de todos os profissionais das universidades e maior comprometimento do governo na criação de diretrizes e na oferta de apoio financeiro para a manutenção das políticas de inclusão.

A formação oferecida pelos cursos nas universidades precisa ser repensada, adotando uma perspectiva de acolhimento a diversidade, de modo a proporcionar uma formação mais plural, humanitária e pautada no respeito às diferenças, considerando as diversas formas de aprender de cada pessoa. Isso implica criar novas estratégias e metodologias de ensino que levem em conta as especificidades de cada aluno. Também é importante repensar

os estágios de docência, incorporando um enfoque voltado ao público com deficiência ou destinando parte da carga horária das disciplinas de estágio a temática da inclusão. Além disso, os Programas de Pós-graduação poderiam contemplar estágios e práticas com perspectiva inclusiva, visando formar docentes mais preparados para lidar com o novo público que tem ingressado nas Universidades.

A maioria das pesquisas analisadas foi realizada na área de Educação ou linha de Educação Especial, mas é importante que novos estudos sejam desenvolvidos em outras áreas e linhas de pesquisa como História da Educação, Formação de Professores e Políticas Educacionais, a fim de ampliar as perspectivas acerca da Inclusão e compreender como diferentes estratégias podem favorecer a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência nas universidades.

Corroborando com as análises apresentadas, concluímos com Alcoba (2008, p. xi), que afirma: “Embora esses estudantes ainda possam se sentir ou ainda sejam considerados como ‘estranhos no ninho’, é na interação com eles que a universidade será desafiada a buscar soluções e a debater os rumos que deve tomar para transformar-se em um ambiente inclusivo e aberto às diferenças”.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? *In*: FÁVERO, Osmar; WINDYZ, Ferreira; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Debora. (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-25. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184683>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ALCOBA, Susie de Araujo Campos. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- ANACHE, Alexandra Ayach; MADRUGA, Rosely dos Santos. Tendências das pesquisas sobre Inclusão na Educação Superior: Contribuições da Teoria Histórico-Cultural. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 8, n. 22, p. 47-61, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educação/article/view/9044>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. **Aviso circular nº 277, Ministério da Educação e Cultura/GM, 08 de maio de 1996a**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**, altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1999. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, BRASIL, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. MEC. **Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) / Secretaria de Educação Superior (SESu), 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Políticas de Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência e o Reconhecimento das Identidades e Diferenças no Ensino Superior Brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 57, 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3364>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; SANTOS, Bruno Carvalho dos. Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários. **Inclusão Social**, Brasília, v. 11 n. 1, p. 105-117, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4084>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2011.

CONCEIÇÃO, Júnio Hora. **Educação especial no ensino superior: processos sociais comparados entre México e Brasil**, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2017.

DINIZ, Etienne Paula da Silva. **Perspectivas de Estudantes público-alvo da Educação Especial sobre facilitadores e barreiras nas Universidades públicas de Mato Grosso do Sul, 2019**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista educação**. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MACIEL, Carina Elisabeth; ANACHE, Alexandra Ayach. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 71-86, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zWvLd4CmZv7ZTnVYMNfr9kp/?format=pdf&lang=PT>. Acesso em: 27 out. 2025.

MADRUGA, Rosely dos Santos. **O atendimento educacional especializado na Educação Superior**. 2019. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwylZGhJ67m/?format=html&lang=PT>. Acesso em: 27 out. 2025.

MISZEWSKI DA ROZA, Barbara. **Atendimento educacional Especializado no Ensino Superior: Universidade Federal do Rio Grande do Sul em foco**, 2020. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875>Acesso em: 20 nov. 2024.

NOZU, Washington Cesar Shoit; SILVA, Aline Maira da; ANACHE, Alexandra Ayach. Permanência do aluno com deficiência no ensino superior: dados censitários sobre as universidades federais da região Centro Oeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 13, n. 2, p. 1421-1435, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11652>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de; OLIVEIRA, Silvana Maria Barros de; OLIVEIRA, Natália Almeida de; TREZZA, Maria Cristina Soares Figueiredo. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8wByDpCFKDtSL3SQDMTQWn/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre inclusão no Ensino Superior. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. especial 3, p. 81-116, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/51042/34099>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REIS, Rosane Celeste Dias. **Inclusão em educação: fronteiras entre a política institucional e os movimentos instituintes do atendimento educacional de estudantes público-alvo da educação especial na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Seropédica**, 2015. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

ROMERO, Arnaldo. **O lugar dos bacharéis: história da criação da Faculdade de Direito, FADIR de Campo Grande, MT (1965-1970)**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência. **Rede SACI**, online, 19 de out 2006. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=18675>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues. **O estabelecimento de Políticas públicas e a cidadania das pessoas com deficiência por meio do AEE na UNIOESTE**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unisinos- Campus São Leopoldo, São Leopoldo, RS, 2019.

SOUZA, Caroline de Andrade. **Interfaces da educação especial e ensino superior: processos constitutivos de acesso e permanência no Brasil e no México**, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2018.

TORRES; Josiane Pereira; CALHEIROS, David dos Santos; SANTOS, Vivian. **Inclusão na educação superior brasileira: Análise da produção científica**. Interfaces da Educação, v.7, n.19, p.296-313, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1048>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Recebido em: Agosto/2025.

Aprovado em: Outubro/2025.